



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de entrega do Prêmio Nacional da Gestão Pública**

Palácio do Planalto, 23 de fevereiro de 2005

Meu caro Nelson Machado, ministro de Estado do Planejamento,
Orçamento e Gestão,

Meu caro Ivan Wedekin, ministro de Estado interino da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento,

Meu caro Ricardo Berzoini, ministro do Trabalho,

Meu querido companheiro Toninho Marmo Trevisan, presidente do
Conselho do Prêmio Nacional de Gestão Pública,

Meu caro almirante Roberto de Guimarães Carvalho, comandante da
Marinha,

Meu caro general Francisco Roberto de Albuquerque, comandante do
Exército,

Senador Valdir Raupp,

Senador Mário Calixto,

Deputada Sandra Rosado,

Deputado Hamilton Casara,

Deputado Miguel de Souza,

Deputado Mauro Passos,

Meu caro ministro do Tribunal de Contas da União, Adylson Motta,

Meus amigos,

Minhas amigas,

Agraciados com o Prêmio Nacional da Gestão Pública,



Em primeiro lugar, eu queria lembrar que antes de existir Estado já existia sociedade humana. E talvez um dia o Estado até possa refluir novamente, mas isso não acontecerá pela renúncia precoce às suas tarefas históricas e, sim, como resultado da força aglutinadora da solidariedade num futuro verdadeiramente próspero, justo e compartilhado.

Estou convencido de que o aparelho público mais adequado ao atual ciclo de desenvolvimento brasileiro não se confunde com o projeto estatista do passado nem tampouco com a versão de Estado mínimo, tão propalado num passado recente.

Essa concepção de Estado mínimo, que prevaleceu nesse passado recente, menospreza valores da convivência republicana, dissolve direitos da cidadania e alimenta o privilégio, a exclusão e o impasse.

A verdade, minhas amigas e meus amigos, é que a grande tarefa do Estado brasileiro hoje é erguer pontes. E não apenas aquelas de concreto e aço, mas também as que demandam fortes compromissos compartilhados, indispensáveis à sustentação do atual ciclo de crescimento que estamos trilhando.

O sucateamento do patrimônio público que foi feito no nosso país não se restringiu à infra-estrutura física, cujos gargalos nós estamos enfrentando simultaneamente com investimentos, parcerias, reformas e marcos regulatórios apropriados.

Na realidade, a imprevidência política que acionou o estrondoso apagão de 2001 teve uma contrapartida oculta e silenciosa que solapou a máquina pública e corroeu o Estado brasileiro ao longo de muitos anos.

Durante quase toda a década de 90, o serviço público federal praticamente não repôs as vagas abertas com a aposentadoria de milhares de funcionários. A terceirização espalhou-se em todas as esferas de governo. O encolhimento funcional, somado à desvalorização das carreiras e à desqualificação das funções, repercutiu negativamente na qualidade da gestão



e dos serviços, dentro e fora do aparelho público.

Meus amigos e minhas amigas,

As políticas e ações que o nosso governo tem implementado, bem como a qualidade e a abrangência que almejamos para os serviços públicos – razão de ser deste evento e deste Prêmio Nacional da Gestão Pública – refletem algo que quero salientar.

O nosso objetivo é dotar o crescimento brasileiro de um projeto social que o conduza e transforme a cidadania num direito de todos.

Trata-se, portanto, de reconstruir o que foi abandonado; modernizar o que foi negligenciado e, sobretudo, preparar as estruturas do Estado para consolidar de uma vez por todas as bases de um serviço público ágil, prestativo, e digno. Um serviço público que entregue ao povo brasileiro aquilo a que ele tem direito, mas historicamente teve pouco acesso.

Na cerimônia desta premiação, no ano passado, sinalizamos alguns princípios e definimos linhas de ação. Hoje temos resultados a apresentar. E eles comprovam a firme disposição deste governo de modernizar a gestão pública neste país.

Nos últimos dois anos intensificamos a realização de concursos públicos, em especial nas áreas mais afetadas do Estado brasileiro nos anos 90. Reabrimos e criamos mais de 37 mil vagas nos setores de educação, segurança pública, saúde, previdência e outros. Mais da metade desses cargos, cerca de 18.600 vagas, vieram substituir ocupações temporárias, terceirizadas ou vinculadas a organismos externos, que exerciam funções de responsabilidade do serviço público nacional.

Temos agora, portanto, um corpo de servidores mais responsável e mais respeitado que pode, por isso mesmo, ser cobrado pelos seus atos e avaliado pela qualidade do serviço que presta à população. Mais de 1.200 gerentes de 15 órgãos federais estão participando de um mutirão permanente que visa acelerar a recuperação de muitas funções do Estado e gerenciar melhor os



interesses públicos do nosso país.

Nos últimos dois anos, a Escola Nacional de Administração Pública ministrou cursos a mais de 23 mil servidores, com conteúdos preparados especialmente para preencher lacunas e deficiências de cada área.

Avançamos também nas negociações trabalhistas. Era imperioso reverter uma campanha sistemática, anti-republicana e anti-nacional, de menosprezo pelo servidor, que desaguava em impasses e conflitos permanentes.

Hoje temos uma Mesa Setorial de Negociação Permanente. Ela consolidou um modelo democrático de relações de trabalho no aparelho público, que tem produzido muitos resultados concretos. Mais de um milhão, cento e dezesseis mil servidores estão tendo seus cargos e carreiras reestruturados nesse processo.

A qualificação dos serviços vem reforçar um cuidado permanente com a diminuição dos custos e a redução da burocracia no país. As compras eletrônicas, por exemplo, emprestam maior transparência e economia às aquisições do governo federal e já predominam nos processos de concorrência pública.

Minhas senhoras e meus senhores,

O resultado animador das medidas já tomadas nos encorajam a avançar um novo degrau nesse processo. A partir de hoje, vamos iniciar uma nova etapa de modernização da gestão pública nacional.

Esse é o sentido do Decreto que acabei de assinar nesta cerimônia. Ele cria um Programa Nacional da Gestão Pública e Desburocratização, que unifica ações, elimina a sobreposição de medidas e funções, cria uma rede nacional de informações, e viabiliza a gestão colegiada. Tudo isso possibilitando a participação efetiva de órgãos e entidades engajados na busca de maior eficiência e desburocratização no setor público.

Pessoalmente, estarei empenhado de forma direta nesta travessia do



velho para o novo Estado brasileiro. Quero ser informado periodicamente da situação gerencial de cada esfera de governo e do seu andamento no Programa da Gestão Pública e Desburocratização.

Decisões públicas, uma vez tomadas, têm que ser implementadas, e de forma rápida e efetiva. Essa agilidade é uma parte importante da grande transformação republicana que a agenda brasileira nos apresenta no século XXI.

Trata-se de adequar o aparelho público para que direitos e deveres encontrem abrigo numa instituição de portas abertas e compromissos transparentes.

Somente assim, as camadas mais humildes da população terão acesso de fato à cidadania e à dignidade social, como deve acontecer num país de todos e numa República de iguais.

Eu quero, meu querido companheiro Nelson, meu querido companheiro Trevisan, minha querida companheira dona Marisa, meus amigos e amigas presentes aqui neste ato, dizer para vocês que nós não temos o direito de apontar para a sociedade, mais uma vez, com um decreto que fala em melhorar a gestão e a desburocratização, sem que a gente leve em conta que isso já foi feito algumas dezenas de vezes na história do nosso país. E o resultado é que, na maioria das vezes, não alcançamos o intento perseguido por todos nós. Primeiro, porque trabalhamos com seres humanos, não trabalhamos apenas com máquinas. Se não tivesse os seres humanos na máquina pública seria fácil colocar um programa num computador e estaria tudo resolvido. Mas nós trabalhamos com seres humanos que lidam com outros seres humanos que compõem a sociedade brasileira.

Por isso é importante que eu, como Presidente da República, e os ministros, como ministros, e os servidores, como servidores, não percamos nunca a noção de que a exigência que nós fazemos para responsabilizar a qualidade do exercício da função está intimamente ligada à relação que o



Estado estabelecer com os servidores públicos e à relação que o Estado estabelecer com a sociedade.

Mais ainda: função importante no governo tem que ter salário condizente com a função que nós determinarmos como importante, porque se não for assim, a máquina pública, com exceção de alguns órgãos do nosso país, perderá tantos quantos forem formados para a iniciativa privada que, possivelmente, tanto critica a máquina pública, a fim de pegar os bons servidores que nós formamos durante muitos anos neste país.

Eu estou cansado de ler, de ver e de ouvir críticas a salários de servidores públicos e, ao mesmo tempo, estou cansado de ver servidores de indústrias privadas, não mais qualificados do que aqueles que estão sendo criticados, ganhar três ou quatro vezes mais do que aquele que está na máquina pública.

E se nós quisermos acreditar que o Brasil pode ter, num futuro bem próximo, uma máquina pública profissional, uma máquina pública capaz de ser ágil, uma máquina pública competente, que faça as coisas fluírem com a facilidade que todos nós queremos, é necessário que a gente tenha uma relação de respeito com o servidor, que não se candidatou para ser servidor, prestou um concurso e não deve ter uma vida passageira, mas deve ter uma vida inteira a serviço do Estado brasileiro e não a serviço de um presidente, de um governador ou de um ministro. Essa é a diferença fundamental de uma máquina pública que funciona para uma máquina pública em que os servidores são transformados em cabos eleitorais dos partidos que ganham as eleições. Essa relação de respeito, essa relação de reconhecimento do valor do exercício da função dos setores mais importantes do Estado brasileiro é que irá permitir que a gente tenha uma máquina pública que funcione, que seja invejável e, mais ainda, que signifique parâmetro para qualquer outra atividade econômica no nosso país.

O Estado não pode ser mínimo, o Estado não tem que ser apenas



socialmente justo, o Estado tem que ser aquilo que a sociedade precisa que ele seja e, ao mesmo tempo, tem que estar a serviço de todos os brasileiros e brasileiras, e não apenas a serviço daqueles que conseguem chegar perto do Estado.

Esse prêmio é um alento. Ele foi criado em 92, se não me falha a memória. Agora, para que um prêmio desse sirva de mais alento e mais motivação para que as pessoas possam participar de forma mais ativa, é preciso, meu querido Nelson, meu querido Trevisan, que a gente incentive mais as pessoas a se inscreverem, que a gente divulgue mais as boas gestões que aqui foram premiadas, porque se terminar este ato, aqui, cada um de vocês voltar para a sua repartição, colocar essa medalha numa mesinha, para todo mundo que for visitar vocês ficar sabendo que vocês ganharam, sinceramente não estaremos estimulando aqueles que não vieram aqui, aqueles que não vieram pela imprensa e aqueles que ainda não sabem que nós temos o Prêmio.

Nós precisamos incentivá-lo, porque muito mais do que o prêmio que vocês receberam aqui é o reconhecimento de que neste país tem gente levando o serviço público e o atendimento à sociedade com muita responsabilidade.

Meus parabéns a vocês. Deus queira que apareçam outros milhares de brasileiros e brasileiras com a mesma vocação, com a mesma determinação e quem sabe, então, a gente conquiste a perfeição do serviço público prestado ao povo brasileiro.

Sorte para todos.